

## CAMINHOS DA PESQUISA

---

ENTREVISTA DE ANA ISABEL MARTINS  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

“Somos hoje confrontados com uma forte homogeneização dos conteúdos noticiosos”.

**MARTIN HOLLAND**



**MARTIN HOLLAND**, Professor de Estudos Europeus na Universidade de Canterbury, Nova Zelândia, desenvolve pesquisas no campo dos *Media Studies* e da Ciência Política. Director do *National Centre for Research on Europe* (NCRE), com sede na mesma Universidade, tem procurado dissecar conceitos como os de “opinião pública”, “identidades colectivas” e “representações mediáticas” à luz do processo de integração europeia.

Desde 2002 que coordena um conjunto de investigações centradas na cobertura jornalística

de temas europeus e nas atitudes de elites e cidadãos face à União Europeia (UE) em países da Ásia e do Pacífico e, mais recentemente, em África. Os projectos “Percepções da UE”, apoiados pela Comissão Europeia (CE) através do Programa Jean Monnet, pretendem conferir uma dimensão empírica às visões mediáticas e públicas de uma realidade que, embora geograficamente distante, mantém inequívocas ligações culturais, políticas e, sobretudo, económicas com as regiões em foco. O objectivo último desta análise prende-se com a disponibilização, junto de decisores

políticos e outros *stakeholders*, de dados científicos e recomendações susceptíveis de incrementar o desempenho da UE como actor global.

O trabalho assenta numa perspectiva multi-metodológica que combina entrevistas exploratórias e inquéritos estatísticos com análises de conteúdo e de discurso dos *media*. Até à data, resultou na publicação de diversas obras de fundo, como *The EU through the Eyes of Asia: Media, Public and Elite Perceptions in China, Japan, Korea, Singapore and Thailand* (Singapore-Warsaw, 2007) e *The European Union and the Asia-Pacific: Media, Public and Elite Perceptions of the EU* (Routledge, 2008). A par destas referências bibliográficas, os relatórios disponibilizados online<sup>1</sup> numa base regular reflectem a evolução do estudo inicial, circunscrito à Nova Zelândia, para uma amostra que hoje abrange mais de vinte países e regiões administrativas<sup>2</sup>.

Nesta entrevista à *Media & Jornalismo*, Martin Holland discute os principais resultados da investigação, avalia as políticas comunicativas da CE em países terceiros, examina as rotinas de produção noticiosa e analisa os valores profissionais dos jornalistas locais. As suas reflexões são particularmente relevantes numa altura em que se assiste ao lançamento de mais um livro da mesma série – *The EU through the Eyes of Asia Volume II: New Cases, New Findings* (World Scientific Publishing Company, 2009) – e em que os projectos “Percepções da UE” procuram trilhar novos caminhos de pesquisa em colaboração com parceiros europeus.

**O estudo da cobertura mediática de assuntos europeus e das atitudes públicas face à UE tem ganho uma relevância crescente na Europa. Qual a importância académica de estender esta linha de investigação a regiões tão distantes em termos geográficos?**

Julgo que é essencial dar a conhecer o outro lado do espelho. Os cidadãos europeus não atribuem o devido valor nem às motivações subjacentes ao processo de integração, nem ao que foi alcançado pelo projecto nos últimos cinquenta e dois anos. Ao nível externo, porém, existe ainda um certo grau de admiração face ao que a Europa comum tem vindo a conquistar, como restabelecimento da paz no Velho Continente após séculos de conflito. Se esta ideia – de que países terceiros valorizam a UE e a sua influência no desenvolvimento global, alterações climáticas, entre outras políticas – for devidamente divulgada junto dos europeus, talvez o seu entendimento da UE comece a ir além de questões como as dos fundos comunitários, da agricultura ou dos episódios triviais que tendem a dominar o discurso mediático.

**Os projectos “Percepções da UE” são ambiciosos quer na sua componente multi-metodológica, quer no seu alcance, marcado por uma progressiva ampliação das regiões em análise. É possível detectar padrões jornalísticos semelhantes num universo tão heterogéneo?**

Temos encontrado algumas semelhanças, embora existam disparidades regionais óbvias. Na lógica do que referi na pergunta anterior, um dos pontos de contacto relaciona-se com a percepção, partilhada pelas elites e pelo público em geral, do projecto europeu enquanto garante de paz. Em muitas das áreas estudadas, os cidadãos encaram a moeda comum como símbolo da UE ou, melhor dizendo, como metáfora da integração europeia. Não sendo esta uma associação rigorosa – o euro não é utilizado em todos os Estados-membros –, trata-se de um aspecto interessante, já que uma eventual subida da moeda europeia no comércio internacional poderia saldar-se numa maior credibilidade da própria UE. No entanto, o traço comum mais evidente traduz-se na baixa visibilidade dos temas europeus nos *media*: no máximo, uma peça por dia nos jornais – mas normalmente nem isso; e na televisão, uma média de uma ou duas histórias por semana em horário nobre.

**Um dos elementos teóricos centrais dos Projectos diz respeito aos enquadramentos das notícias sobre a Europa. Enquanto as elites e os cidadãos da região Ásia-Pacífico percebem a UE sobretudo no seu papel económico, o tópico “UE como**

**poder político” domina a cobertura mediática na Austrália, Nova Zelândia e Tailândia (Chaban e Holland, 2005). Como se explica esta disparidade?**

De um prisma histórico, o impacto da UE nestes três países centra-se em larga medida nas suas consequências económicas. No caso da Austrália e da Nova Zelândia, o Reino Unido tem sido o principal parceiro europeu no que se refere à carne e aos produtos lácteos. O choque que a adesão britânica, em 1973, representou para as respectivas economias permanece associado à imagem da UE. O mesmo se passa na Tailândia, onde as regulações europeias em matéria de produtos químicos têm imposto várias restrições à exportação de marisco, por exemplo. Por conseguinte, se a Europa aparece imbuída de uma dimensão política internacional na imprensa, as nossas entrevistas e sondagens revelam, por seu turno, as preocupações económicas que historicamente balizam as ligações entre a UE e esta zona do mundo.

**Quer isto dizer que os media da região Ásia-Pacífico quase nunca conferem à UE uma dimensão local?**

Exactamente. Se exceptuarmos a cobertura de disputas económicas ou de outros conflitos pontuais na região, a UE costuma emergir em estórias centradas noutros pontos do globo, como o Médio Oriente. As notícias quase nunca focam a relação UE-Nova Zelândia ou UE-Tailândia, sendo a Europa representada como uma entidade distante e localmente irrelevante. Daí se explica a dificuldade sentida pelos jornalistas em conferir destaque aos assuntos europeus e, portanto, a baixa noticiabilidade da UE nos *media*.

**Como caracteriza a atitude dos jornalistas na Nova Zelândia em relação às temáticas europeias?**

Trata-se de uma perspectiva bastante limitada em termos de alcance. Como resultado das transformações estruturais ocorridas na última década, a actual paisagem mediática do país polariza-se em torno de apenas duas empresas internacionais. Somos hoje confrontados com uma forte homogeneização dos conteúdos noticiosos – o que a simples leitura de diferentes jornais diários dará a conhecer. Ora, neste panorama de grande uniformidade, onde os temas internacionais não constituem em geral uma prioridade para os *media*, torna-se improvável que o caso específico da UE seja valorizado nas notícias. Apesar disso, é importante perceber que não estão aqui somente em causa as visões culturais e profissionais dos jornalistas, mas tam-

bém constrangimentos logísticos incontornáveis. Por um lado, a imprensa neozelandesa não dispõe de recursos financeiros suficientes para manter um correspondente na Europa, acabando por utilizar sobretudo conteúdos de agências noticiosas internacionais. Por outro lado, os programas televisivos que contam com a colaboração de um jornalista em território europeu optam por sediá-lo em Londres. As representações da UE são assim filtradas por um olhar anglo-saxónico: quando não através de um correspondente, por intermédio da *Reuters*, do *Financial Times* ou do *The Times*, entre outros. É, pois, uma visão distorcida, que reflecte uma imagem mais “britânica” do que propriamente “europeia” da UE.

**Diversas entrevistas às elites nacionais corroboram, de resto, esta ideia (Holland et al., 2005: 17). A cobertura noticiosa não traduz afinal um “enfraquecimento dos laços tradicionais” com o Reino Unido, uma das hipóteses de investigação exploradas no projecto inicial...**

Correcto. Deve notar-se, contudo, que a influência britânica na Nova Zelândia não abrange só as notícias, mas igualmente a grelha de programação televisiva em geral, o que desenha um retrato cultural da Europa muito restrito. Este cenário tem sido reforçado, nos últimos dois anos, por um quadro demográfico marcado pela crescente afluência de imigrantes ingleses. O número de pessoas provenientes da Alemanha ou de França, já para não falar de Portugal ou Espanha, é irrisório quando comparado a esta espécie de “re-colonização” do país pelo Reino Unido.

**Estes constrangimentos (ausência de correspondentes na Europa, recurso às agências internacionais, influência britânica) imprimem às notícias um cariz predominantemente reactivo. Acredita que os jornalistas neozelandeses poderão desenvolver algum sentido de iniciativa nesta área?**

Nos *media* tradicionais, não me parece; pela internet, talvez. Com 4.2 milhões de habitantes, a Nova Zelândia possui um mercado bastante pequeno e desprovido dos recursos necessários a uma cobertura proactiva de tópicos europeus. As potencialidades da Rede (quer através de jornais online, quer de blogues ou outros *websites*) têm introduzido mudanças consideráveis, mas este não é um traço exclusivo da nossa paisagem mediática – antes, uma tendência global.

**Mas se a hipótese de um “Espaço Público Europeu” gizado pelos media desperta cepticismo entre os círculos académicos dos próprios Estados-membros, terá a internet capacidade de gerar um debate profícuo sobre a UE num país terceiro como a Nova Zelândia?**

Depende do rumo que a nossa relação com a Europa tomar. Normalmente, as discussões férteis alimentadas pelos *media* pressupõem uma situação de conflito. Quanto mais harmonioso e consensual for um tema, menor será o seu interesse público. Os *media* não irão dedicar um espaço substancial aos assuntos europeus a não ser que surja um episódio controverso – por exemplo, de natureza comercial – onde os interesses nacionais sejam postos em causa.

**Onde é que os media neozelandeses situam esses interesses nacionais? Mais perto da potencial “identidade asiática” do país ou, pelo contrário, das suas ligações económicas, políticas e culturais com a Europa?**

Sem qualquer dúvida, a ênfase tem sido colocada nos laços com a Ásia ou no futuro asiático da Nova Zelândia, que marca presença na *East Asia Summit* (EAS) e apresentou a candidatura ao *Asia-Europe Meeting* (ASEM)<sup>3</sup> na qualidade de país asiático. A sua localização geográfica está claramente reconhecida, o que acaba por se repercutir no esquema de prioridades das agendas mediáticas. Com a excepção do Reino Unido, a Europa não está na rota dos nossos interesses directos.

**E qual a leitura dos meios de comunicação acerca da posição geoestratégica dos Estados Unidos?**

Durante a Administração Bush, a posição do Governo neozelandês constituiu um eco da opinião dos líderes europeus num vasto leque de questões internacionais, desde os conflitos no Iraque, Irão e Afeganistão até ao Protocolo de Quioto. Esta identificação com a linha de pensamento europeu foi acompanhada por uma crescente visão crítica e hostil em relação aos EUA, plasmada num anti-americanismo evidente no discurso mediático. Considero, todavia, que isto poderá mudar com Barack Obama.

**No cômputo geral, como é que avalia os esforços da UE, nomeadamente através da sua Política de Comunicação, para divulgar as actividades comunitárias junto de audiências internacionais?**

Trata-se de uma tarefa de extrema complexidade nos países terceiros, onde existe sempre o risco de que a mensagem seja percebida como imparcial, acrítica e

propagandística. Uma vez que a UE tem de seguir directrizes comunicativas específicas, o esforço de explicar o que a Europa faz – por vezes, defendendo aspectos que não devem ser defendidos – acaba por resultar mais num monólogo do que num diálogo profícuo com as realidades locais. É muito difícil para a Diplomacia Pública Europeia agir a este nível e nem sequer estou certo de que exista um público receptivo.

**No entanto, as Delegações da UE deveriam ter um papel de relevo neste âmbito. Como avalia a interacção entre a Delegação em Wellington e os media nacionais?**

É uma questão de escala. Com uma equipa de cinco pessoas, a Delegação não dispõe de recursos humanos suficientes para um diálogo efectivo, até porque estes funcionários desempenham outras funções para além da comunicação com os *media*. Aliás, inúmeras Delegações na região Ásia-Pacífico estão apenas preocupadas em estabelecer contactos com entidades e grupos de interesse *in loco*, no sentido de reforçar a sua influência política. Informar os cidadãos acerca da UE não se lhes afigura como uma meta importante. Temos, portanto, de ser realistas em relação ao que é exequível. De qualquer forma, julgo que a Delegação na Nova Zelândia, que se encontra em funções há somente cinco anos, já levou a cabo diversas iniciativas proactivas em termos comunicativos. Reitero, porém, a ideia de que o público-alvo se restringe a um grupo limitado de jornalistas, pelo que um verdadeiro impacto exige esforços a longo prazo.

**Referiu no início da entrevista que esta perspectiva externa poderá contribuir para o desenvolvimento das próprias políticas internas da UE. Qual é o objectivo dos “Projectos Percepções” neste sentido?**

Temos vindo a divulgar os resultados em briefings com as Delegações da UE e actores políticos em cada um dos países estudados. Neste contexto, a colaboração com a *Asia-Europe Foundation* (ASEF) – instituição permanente da ASEM e um dos nossos principais parceiros – tem sido fundamental. As nossas análises aparecem citadas em várias publicações oficiais da UE como exemplo do tipo de pesquisa financiada pela CE e, há dois anos, fomos convidados a apresentar as principais conclusões ao Comissário Potočnik [responsável pela Ciência e Investigação]. Além disso, participamos nos encontros anuais do *Programa Jean Monnet* ou da *European Union Studies Association of New Zealand* (EUSA-NZ), em Bruxelas, e temos já uma rede política de alto nível – parlamentares, oficiais da UE, entre outros – interessada no trabalho que realizamos.

## **Prevê algum tipo de cooperação com centros de investigação e Universidades em Estados-membros da UE?**

Essa é precisamente a fase seguinte. Estamos neste momento a lançar um Projecto centrado nas visões dos Europeus sobre a Ásia.

### **Nas suas palavras, o outro lado do espelho...**

Precisamente. Estamos a cooperar com oito institutos de diferentes países da Europa neste estudo. De qualquer modo, já nos projectos “Percepções” colaborámos com importantes parceiros europeus, como a *London School of Economics*, a *London University* ou a *Università di Bologna*, embora o trabalho de campo tenha sido conduzido em território asiático. Repito que é essencial dar a conhecer essa “imagem invertida”.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Chaban, N. e Holland, M. (2005), *The EU through the Eyes of the Asia-Pacific: public perceptions and media representations*, NCRE Research Series N.º4. Versão electrónica disponível em: [http://www.europe.canterbury.ac.nz/appp/publications/pdf/appp\\_booklet\\_updated.pdf](http://www.europe.canterbury.ac.nz/appp/publications/pdf/appp_booklet_updated.pdf) [consult. 30 Set 09]
- Chaban, N. e Holland, M. [Eds.] (2008), *The European Union and the Asia-Pacific: Media, Public and Elite Perceptions of the EU*, London: Routledge.
- Holland, M., Chaban, N., Bain, J., Stats, K., e Sutthisripok, P. (2005), *EU in the Views of Asia-Pacific Elites: Australia, New Zealand, and Thailand*, NCRE Research Series N.º5. Versão electrónica disponível em: [http://www.europe.canterbury.ac.nz/appp/publications/pdf/appp\\_elites\\_publication.pdf](http://www.europe.canterbury.ac.nz/appp/publications/pdf/appp_elites_publication.pdf) [consult. 30 Set.09]
- Holland, M., Chaban, N. e Ryan, P. [Eds.] (2009), *The EU through the Eyes of Asia Volume II: New Cases, New Findings*, Singapore: World Scientific Publishing Company.
- Holland, M., Ryan, P., Nowak, A. e Chaban, N. [Eds.] (2007), *The EU through the Eyes of Asia: Media, Public and Elite Perceptions in China, Japan, Korea, Singapore and Thailand*, University of Warsaw: Singapore-Warsaw, 2007.

1. *Vide* Página oficial dos projectos “Percepções da UE”: <http://www.euperceptions.canterbury.ac.nz/>.
2. África do Sul, Austrália, China, Coreia do Sul, Filipinas, Hong Kong, Ilhas Fiji, Ilhas Salomão, Ilhas Samoa, Índia, Indonésia, Japão, Macau, Malásia, Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, Quênia, Singapura, Tailândia e Vietname.
3. O Encontro Ásia-Europa é um processo informal de diálogo e cooperação no qual os 27 Estados-membros da UE e a Comissão Europeia se reúnem com 16 países asiáticos e o Secretariado da *Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)*.